

O DEBATE ACERCA DA ORDEM DAS PALAVRAS:
CONTINUIDADE E DESENVOLVIMENTO DE UM TÓPICO DESDE
AS TEORIAS RACIONALISTAS DA LÍNGUA DO SÉCULO XVII

Gerda Haßler
Universidade de Potsdam

RESUMO: A ordem das palavras foi um dos tópicos relativos à teoria da gramática e da língua mais comumente discutido nos séculos XVII e XVIII. As línguas como o português, com uma ordem frásica mais livre do que o francês, foram sujeitas a tentativas no sentido de normalizar a ordem das palavras, recorrendo-se ao modelo do sistema francês. Críticos da doutrina da *ordo naturalis* verificariam, já no século XVIII, que a linearização através da língua teria de seguir princípios mais complexos. Assim, uma ordem fixa das palavras não era apresentada como sendo uma virtude, mas antes uma necessidade resultante da falta de terminações ou flexões gramaticais.

PALAVRAS-CHAVE: ordem das palavras, sintaxe, construção, complemento direto

ABSTRACT: Word order was one of the most commonly discussed topics relating to grammar and language theory in the 17th and 18th centuries. For languages with a freer word order than French, such as Portuguese, attempts were made to standardize the word order modeled on the French system. Critics of the doctrine of the *ordo naturalis* realized already in the 18th century that the linearization through language had to follow more complex principles. Thus, fixed word order was not presented as a virtue, but rather as a necessity resulting from the lack of inflected endings and providing a balance in the expression of sentence relationships.

KEYWORDS: word order, syntax, construction, direct object

1. Custos mais elevados – um esforço maior exigido à compreensão de inversões.

O termo *custos* surge num total de quatro vezes na seguinte descrição retirada de uma pesquisa psicolinguística:

Nestes experimentos estamos a investigar como diferentes formas de marcar uma estrutura de informação (EI) se encontram relacionadas com o rácio de *custos de processamento* (efeitos da forma marcada) e os potenciais benefícios para o sistema de processamento (efeito de licenciamento). Por um lado, tal conduz-nos à questão de uma relação semelhante de *custo-benefício* poder ou não ser estabelecida no licenciamento contextual para formas de marcação de EI diferentes daquelas sobre as quais incidimos na posição de pré-campo. [...] Por outro lado procuramos determinar a relação de *custo-benefício* em formas de marcação de EI de posição independente e provavelmente de menor “intensidade de *custos*” (marcação de *wa* em japonês). (KLIEGL/FANSELOW <http://www.sfb632.uni-potsdam.de/projects/C1.pdf>. Trad. G. H.)

De acordo com a descrição dada, uma marcação especial da estrutura de informação é de uma intensidade de custos maior e levanta a questão da relação de custo-benefício. Tal marcação será a inversão do sujeito e do complemento direto, o que é possível particularmente no alemão e no russo:

[Es ist gut], dass Maria die Lehrerin hilft.
 [É bom] que Maria_{dat} a professora_{nom} ajuda.
 ‘[É bom] que a professora ajude a Maria’

Брату помогает сестра.
 irmão_{dat} ajuda irmã_{nom}
 ‘A irmã ajuda o irmão’

Na frase alemã, *Maria* surge na posição inicial e será, como tal, interpretada como o sujeito da mesma.¹ Uma vez que é morfologicamente ambígua e pode significar o caso nominativo, o dativo ou o acusativo, *Maria* será primeiramente interpretada como sendo o sujeito e a professora como sendo o complemento direto, lembrando-nos, porém, a fase seguinte da nossa análise que o verbo *hilft* [‘ajuda’] governa um argumento no nominativo e um no dativo. Esta nova

¹ cf. SCHLESEWSKY, FANSELOW, KLIEGL & KREMS 2000, SCHLESEWSKY, BORNKESSEL, FRISCH 2003.

análise leva-nos a uma correcção e à interpretação certa da frase.

O maior esforço resultante destes dois passos analíticos necessários à inversão é determinado, por exemplo, através da medição da actividade de certas regiões do cérebro ou através da examinação do movimento dos olhos durante a leitura. Se não é utilizada qualquer inversão, ou se a língua em questão não a permite, menor será o esforço necessário à compreensão, menor será a actividade cerebral e menores os movimentos efectuados pelos olhos.

É claro que no século XVII tais experimentos não seriam expectáveis para a verificação da doutrina de uma ordem das palavras mais fácil, mais natural. Contudo, Louis Le Laboureur (1615-1679) referia-se a algo muito similar, quando caracterizou a ordem sujeito-verbo-complemento direto, usual no francês, como ordem ditada pela natureza. Afirmou que os romanos falantes do latim não poderiam ter pensado de uma forma diferente dos franceses; o seu fundamento: que as suas cabeças também não eram feitas de formas diferentes à dos franceses. Conceberiam os pensamentos na mesma sequência que os franceses e apenas utilizariam inversões quando se expressavam, esforço maior que lhes tornava difícil falarem de uma maneira lógica e compreensível (cf. LE LABOUREUR 1669: 149, 167). Esta argumentação adequava-se a uma apologia do francês: baseada na crença racionalista da igualdade de *raison* em todos os povos, esta levou ainda à conclusão de que os romanos teriam pensado de uma forma diferente daquela que falavam. A ordem das palavras não era imposta pelo uso e o costume, mas sim pelos princípios aplicáveis a todas as línguas, em concordância com os quais se encontrava afortunadamente a língua francesa.

2. A doutrina da ordem natural e a sua crítica.

2.1. A emergência e defesa da doutrina da ordem natural.

Uma teoria da ordem das palavras oriunda da natureza já se encontra nos escritos de Dionísio de Halicarnasso (cerca de 55 a.C. - depois de 5 a.C.). O desenvolvimento de um conceito de uma ordem das palavras fixa e necessária, que pode ser valorizada de forma positiva com respeito à qualidade da língua, é geralmente atribuído a Louis Meigret (ca. 1500-1558), o qual, no seu *Tretté de la grammaire françoese* (1550, 142-143), declarou haver uma necessidade geral de manter uma ordem das palavras fixa, à qual chamou de *construcçion ou ordonnance bone de parolles*.²

2 Acerca do desenvolvimento da doutrina da ordem natural das palavras cf. PELLERÉY 1993, RICKEN 1978 e 1984, SEGUIN 1978 e 1993, HASSLER/NEIS 2009.

A ordem frásica fixa do francês já era, então, um elemento comumente usado nos esforços de normalização do século XVII. Já em 1618, o gramático Charles Maupas (1566-1629) frisou que, na sua ordem das palavras, o francês seguia as regras da lógica: “*Nostre langue aime à suivre, en l’arrangement de nos mots, l’ordre naturel de l’entendement, qui est la diction regissant soit devant la regie.*” (MAUPAS 1632 [1618]: 251-252)

Claude Favre Vaugelas (1585-1650) foi mais longe ao declarar que a concordância com a *ordre naturel* era um pré-requisito à clareza (*clarté*) da língua. Mesmo Dominique Bouhours (1628-1702), que declarou ser independente o uso da língua da *raison*, viu-se forçado a abrir uma exceção no que respeitasse à ordem das palavras, para se tornar num proponente do modelo explicativo racionalista. Em sua opinião, o que era decisivo para ligar as palavras entre si era a *raison*, a qual estabelecia uma sequência natural, apenas seguida pela língua francesa (cf. BOUHOURS 1671: 57-58).

Uma outra fase no desenvolvimento da doutrina da *ordre naturel* foi iniciada pelos gramáticos de Port-Royal, Antoine Arnauld (1612-1694) e Claude Lancelot (1615-1695). Nos seus manuais linguísticos, Lancelot diferenciava igualmente entre uma *construction simple ou reguliere*, que se aproximava mais da língua falada no vernáculo, sendo, como tal, simples, e uma *construction irrégulière ou figurée*, que legitimamente se desviava deste para servir propósitos de elegância e brevidade (cf. LANCELOT 1650 [1644] e 1656 [1655]). Da mesma forma defendia que o latim tinha falta de transparência justamente porque se desviava da ordem direta das palavras. Em sua opinião, todas as línguas deveriam aderir à ordem das palavras tão exemplarmente seguida pelo francês. A gramática de Port-Royal (1660) também permitia um desvio da ordem fixa das palavras para propósitos comunicativos. Com ela, porém, o conceito de *ordre naturel* seria mais do que apenas a reminiscência de uma hipótese escolástica, adequada a uma apologia da língua nacional (cf. ARNAULD / LANCELOT [1660] 1768: 234-235).

O programa da *grammaire générale*, que almejava investigar as leis gerais do pensamento e da postulada *raison* como princípio explicativo para um uso da língua aparentemente inexplicável, sugeria uma interpretação da *ordre naturel* no sentido do racionalismo de René Descartes (1596-1650). Em breve, outros autores como Géraud de Cordemoy (1626-1684) (1668) e Le Laboureur (1669) contribuiriam para a justificação da *ordre naturel* numa base racionalista. Tendo em consideração a sequência do desenvolvimento de elementos individuais da língua, Cordemoy chegou à conclusão que a apropriação e, certamente, a ordem dos mesmos na aquisição da língua francesa tinham uma base comum

(cf. CORDEMOY [1668/1677] 1970: 60-62).

Além da fundamentação racionalista da doutrina da *ordre naturel*, também a sua aplicabilidade em a *Querelle des Anciens et des Modernes* contribuiu para a topicalidade desta tese. Se, no francês, a disposição das ideias coincidia com a sequência necessária das ideias em pensamento, então o francês teria de obter a preferência sobre o latim, que era necessariamente mais sinuoso, indireto devido às suas inversões. Em 1683 François Charpentier (1620-1702) sumariou os fundamentos dos modernistas seus contemporâneos numa obra de dois volumes intitulada *De l'excellence de la langue française*, dedicando um capítulo à *ordre naturel*.³ Nesse capítulo, Charpentier chega mesmo a declarar próprias do francês as qualidades da perfeita eloquência. Devido à sua natureza, o francês teria características inerentes que o latim apenas conseguiria atingir de forma artificial (*par artifice*), através da inversão (cf. CHARPENTIER 1683a: 639, 645 e 650).

2.2. O criticismo da doutrina da *ordre naturel* de um ponto de vista pragmático e retórico.

Enquanto era alimentada a teoria da *ordre naturel* na discussão filosófica daquele tempo, baseada na pretensão do pensamento inato, imaterial, teria sido possível – através da observação da prática linguística – determinar que uma ordem fixa das palavras não é correspondente à realidade. Além disso, Descartes havia desenvolvido ideias na sua psicofisiologia que resultavam em uma interação entre corpo e alma. O oratoriano Bernard Lamy (1640-1715) também começou por um programa metafísico-racionalista, contudo na sua *Rhétorique* pressupõe o uso da língua como o princípio regulador. Apesar de este frequentemente contrariar os princípios da *raison*, a sua concordância era um requisito da *raison*, uma vez que de outra forma a compreensão seria colocada em questão. De acordo com Lamy, a *ordre naturel* prevalecente no francês não era uma virtude da língua, mas antes uma necessidade resultante da falta de flexão gramatical e uma forma compensatória para a expressão de relações na frase. Lamy descreveu como vantajoso o latim permitir inversões e considerou o francês restritivo nos seus meios de expressão (cf. LAMY [1675] 1688: 49).

O criticismo da ordem fixa das palavras também surgiu da prática literária

3 O termo *construction directe*, utilizado por Charpentier para descrever a associação direta entre a ordem das palavras e a sequência do pensamento em sinonímia com *construction naturelle*, foi provavelmente modelado a partir do conceito de Quintilian de *rectus ordo*, termo frequentemente utilizado por Charpentier.

de determinados autores que, como Jean de La Bruyère (1645-1696), a viam como um obstáculo à criação de textos vibrantes. François de Fénelon (1651-1715) escreveria um apelo à imaginação e à linguagem apaixonada. Fénelon considerava pobre e árida a rigidez da estrutura frásica do francês, vendo-a como um obstáculo ao estilo eloquente (cf. FÉNELON [1716] 1970: 71).

Na discussão acerca da ordem das palavras surgiram ideias que se assemelham à posição atual, no sentido de se evitarem custos de processamento. As pessoas seguem a sequência 'natural' das palavras porque corresponde à sequência dos seus pensamentos e se afigura, como tal, mais fácil. Contudo, como já havia sido observado, aquilo que é considerado natural também depende dos objetivos comunicativos e do estado psicológico do locutor. A noção do natural foi aplicada às línguas de maneiras diferentes. Era utilizada para se referir à língua original, por um lado, a qual era tida como sendo rica em onomatopeias; por outro, era aplicada a relações lógicas. Por fim foi possível designar por *natural* o que surgira e se estabelecera através do uso e era, assim sendo, convencional.

2.3. A explicação sensualista da teoria da ordem das palavras epistemológica.

Em meados do século XVIII, três autores procuraram explicar uma teoria da ordem das palavras sensualista, a qual se encontrava estreitamente relacionada com questões epistemológicas e estéticas. Étienne Bonnot de Condillac (1714-1780) incluiu inversões no seu *Essais sur l'origine des connaissances humaines* (1746), Charles Batteux (1713-1780) debateu-se com a ordem das palavras sob um ponto de vista literário e estético em suas *Lettres sur la phrase française comparée avec la phrase latine* (1748) e, por fim, em 1751 Denis Diderot (1713-1784) debateu o assunto em suas *Lettre sur les sourds et muets* como resposta a Batteux.

Com a sua explicação de que os pensamentos eram sensações transformadas com a ajuda de signos linguísticos (*sensation transformée*), Condillac havia contrariado o postulado de uma ordem natural e fixa das palavras. Como do seu ponto de vista não poderia haver qualquer ideia inata, rejeitava igualmente a pressuposição de uma sequência de categorias lógicas válidas além do tempo, da qual dependeriam o pensamento e a ordem das palavras (cf. CONDILLAC 1746: 164-166). Em lugar da *ordre naturel* racionalista, Condillac propunha a *liaison des idées* como princípio que unia as partes do discurso a um todo. Através da sequência espacial mais direta de cada uma das partes relacionadas com o pensamento, este princípio ligava a frase e, além desta, o texto.

Para Condillac, tal como os nossos sentidos apreendem uma multiplicidade de impressões, vários pensamentos formam em simultâneo uma noção geral na nossa consciência. Quando a simultaneidade é transferida para uma ordem linear devido à necessidade da comunicação linguística, não existe, contudo, uma ordem normalizada para a disposição das ideias. Decisiva é a possibilidade mais próxima das ideias relacionadas e o nível de interesse dos pensamentos individuais para a respetiva intenção comunicativa.

Batteux propôs um dogma novo sensualista, afirmando que no francês não havia uma ordem natural das palavras, mas apenas inversões. Aqui, a medida para o natural não era uma sequência pressuposta, racionalista dos pensamentos, mas a sequência de pensamentos na sua ordem de importância para o locutor. Assim, se o locutor fizesse uma afirmação como *rotundus est sol*, o importante para ele era apontar para uma característica do sol e não para a existência do mesmo (cf. BATTEUX 1747-1748, II : 13-16 ; RICKEN 1978 : 113). Se a intenção era a de sublinhar as características especiais de um dado objeto, o adjetivo deveria ser posicionado antes do substantivo. Nesse sentido, na presença de um romano dir-se-ia *romanum imperium* e não *imperium romanum* (BATTEUX 1747-1748, II : 18).

Na sua argumentação contra a função retórica da língua descrita por Batteux, envolvendo a expressão de sensações e de paixões através da alteração da ordem das palavras, Nicolas Beauzée (1717-1789) contrapôs que a tarefa deveras mais importante da língua era simplesmente a comunicação de pensamentos. Na sua perspectiva, Batteux havia substituído sensações alteráveis por pensamentos que permaneciam sempre iguais, tornando o objetivo da retórica no determinante da ordem das palavras. Relativamente à verdadeira organização da ordem das palavras, Beauzée reconheceu, de facto, vários constrangimentos que conduziam ao desvio da ordem natural. Contudo, na sua opinião, a gramática apenas podia ser a expressão da natureza inalterável do pensamento. Assim sendo, a gramática e a retórica eram para ele duas áreas que se excluíam mutuamente.

Na discussão acerca da sequência das palavras numa frase, Diderot foi inicialmente um proponente desta hipotética origem da língua. No início, os signos linguísticos seriam sintéticos e poderosos, os objetos nomeados segundo o que os sentidos percebiam em primeiro lugar e no que surgia como sendo objetos individuais. Apenas no decorrer de um desenvolvimento analítico é que as diferentes ideias e percepções de uma pessoa eram separados em simultâneo umas das outras e dispostas de forma linear, levando tal igualmente à separação de significados gerais, abstratos.

O desejo por regras para a ordem das palavras conduziria à formação de standards sintáticos, para os quais Diderot – duvidando da sua naturalidade – não utilizou o termo *ordre naturel*, mas sim *ordre d’institution*, *ordre scientifique*, *ordre grammatical* ou *ordre didactique*. Na sua reinterpretação do termo *ordre naturel* usou estes para significar a ordem das palavras original baseada numa percepção sensorial, da qual nos teríamos afastado imenso no desenvolvimento da língua e do pensamento em direção a formas cada vez mais elevadas da abstracção (cf. DIDEROT [1751] 1969: *Lettre sur les sourds et muets*, 523).

3. A discussão acerca da ordem das palavras em Portugal.

Também em Portugal foi muito debatida a ordem das palavras, havendo mesmo exemplos antigos onde já se verificava uma colocação livre das palavras, variando esta de língua para língua. Neste sentido, João de Barros (1496-1570) apresenta, por um lado, uma ordem natural dos substantivos e adjetivos, pronomes relativos e antecedente, baseada na lógica do pensamento, para as restantes partes da frase, porém, defende que “cada naçám tem sua órdem: e por nam serem universáes a todos, lhe podemos chamár açidentáes” (BARROS 1540: 30). Entre as particularidades da língua portuguesa, Barros analisa, então, a regência dos verbos, a qual levaria a uma respetiva especificidade da ordem dos elementos frásicos. De salientar é, porém, o facto de Barros atribuir uma regência a todos os tipos de palavras, como ao advérbio, por exemplo, cuja força regente seria menor que a do verbo, aparecendo, contudo, com frequência na combinação de dois advérbios:

Do regimento do Auêrbio. O auêrbio (ainda que nã tem tanta força como o uêrbo e nome) tem estes tres acidentes. Muitas uezes se aiuntam dous em algũa cõiunçã: como, muito bem se fez isto. E com coniuçã se aiuntan dous e tres: como, bem prudente e sagaz mente se ouuêram os Romanos contra os Cartaginenses. (BARROS, 1540, p. 32-33)

João de Barros encontra-se aqui muito longe de uma pressuposição ideológica para a suposição de uma determinada ordem das palavras. Ele observa meramente as regularidades, as quais remete para uma regência dos isolados tipos de palavras.

Enquanto para o século XVII não conseguimos encontrar alterações fundamentais na descrição e explicação da ordem das palavras no português, a teoria racionalista da *ordo naturalis* parece ganhar terreno em Portugal até ao

início do século XVIII. Como testemunho disso observemos as *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina* (21725) de Jerónimo Contador de Argote (1676-1749). Com esta obra pretendia lançar os alicerces para a aprendizagem do latim através de um melhor conhecimento da língua.

No que diz respeito à sintaxe, Argote curiosamente não se orienta nem pelo português nem pelo latim, perseguindo antes o ideal da chamada ordem natural das palavras, que era então reconhecida na sequência sujeito-verbo-complemento directa. Esta ordem é por ele designada por *simples* e distinguida da ordem *figurada*, cuja existência admite e considera justificada em termos comunicativos:

D. *Pedro ama a o seu pay*. Nesta Oração as palavras estão na sua ordem natural, porque o nominativo Pedro está antes do Verbo *ama*, depois do Verbo está o seu caso, &c. Ao contrario nesta Oração *Ama Pedro ao pay seu* as palavras não estão na ordem natural porque o nominativo *Pedro* está depois do Verbo, &c. (ARGOTE, 1725, p. 185-186)

O facto de o português dispor de um posicionamento das palavras na frase muito mais livre do que o francês não foi impedimento a que no início do século XVIII lhe fosse atribuída uma ordem frásica rígida. O sentido da realidade do português, no entanto, mereceu por parte de Argote a afirmação de que qualquer expressão poderia apresentar uma boa ordem, mesmo que fora da ordem natural das palavras.

M. Qual he la Syntaxe figurada?

D. He a que ensina quando estão bem ordenadas as palavras, ainda que estejam for da ordem natural. (ARGOTE, 1725, p. 186)

M. Que he cousa Syntaxe figurada?

D. São as regras de dispor bem as palavras fora da ordem natural, e por figuras.

M. Que cousa he figura?

D. He o modo de fallar contra as regras da Syntaxe simples, porém admitido do uso. (ARGOTE, 1725, p. 241)

A apresentação da gramática portuguesa é feita por Argote com base no latim e as categorias que lhe são correspondentes, mas sem ter de todo em conta o facto de haver um desenvolvimento histórico entre ambas as línguas. Em contrapartida dedica à diferença sincrónica do português o inteiro quarto capítulo. O dialecto é definido por Argote como “modo diverso de fallar a mesma língua”

(ARGOTE, 1725: 291), o que lhe deixa espaço para distinguir e analisar tanto *Dialectos locaes* como *Dialectos de tempo* e também *Dialectos de profissãõ*.

Em relação ao latim e a outras línguas, António José dos Reis Lobato (morreu em cerca de 1804) quer realçar as particularidades do português e começa logo na introdução com o infinitivo pessoal. Como partes íntegras da gramática portuguesa, Lobato considera a ortografia, a prosódia, a etimologia e a sintaxe. Se dá à etimologia uma posição de destaque, isto deve-se a um entendimento modificado. A Lobato não interessa uma análise da origem de palavras isoladas, mas a de tipos de palavras. Em primeiro lugar trata o artigo, dando assim conta de uma determinação que se alterou em relação ao latim, sem, contudo, especificar o seu desenvolvimento.

Também Lobato estabelece uma distinção entre sintaxe *simples e figurada*, dividindo ainda a sintaxe simples em *syntaxe de concordancia* e *syntaxe de regencia*, explicando as regras destas através de exemplos. Impressionante é o facto de serem explicadas especificidades de regência da semântica dos verbos. Assim, Lobato explica, por exemplo, que o significado do verbo *acusar* é responsável pela utilização do genitivo ligado à preposição *de* (cf. LOBATO 1770: 206).

A comparação com o latim aqui feita é típica do procedimento de Lobato. As semelhanças e as diferenças são apresentadas por ele como sendo factuais. Apesar de Lobato conseguir nesta base uma descrição das particularidades da língua portuguesa, não é dada maior atenção à ordem das palavras.

Manuel Dias de Sousa faz referência direta (1755-ca. 1822) à discussão em França, a qual resume recorrendo a Beauzée, Condillac e Court de Gébelin, tentando ainda aplicar os resultados destes ao português (SOUSA 1804: 175). Declara como ponto de partida à formulação de regras para a ordem das palavras, entre outras, a semelhança da língua portuguesa com o francês.

1.^a O Verbo nunca já mais se põe á frente da fraze senão quando elas são imperativas, interrogativas, e optativas. [...] Regra 2.^a Põe-se tambem o Verbo primeiro quando o infinito tem lugar de hum nome [...] Regra 3.^a Igualmente se põe primeiro no discurso animado. (SOUSA, 1804, 178)

Estas regras testemunham a intenção prática da gramática de Sousa, realçando simultaneamente a consideração de funções sintáticas (o infinitivo como sujeito) e de disposições pragmáticas, segundo as quais a ordem das palavras pode ser alterada de acordo com o tipo de frase ou o envolvimento emocional do locutor. Para o facto de a discussão francesa ter fornecido a ocasião para a abordagem minuciosa desta problemática (SOUSA 1804: 174-207), não a tendo,

porém, determinado, aponta já a ortografia dos nomes (*Mr. Bózeé, Condillac Curt de Gevelem*, SOUSA 1804: 175), cujos titulares haviam defendido posições muito distintas no debate acerca da ordem das palavras.

Jerónimo Soares Barbosa (1737-1816) retoma, por fim, o exemplo de Condillac na distinção entre *syntaxe* e *construcção*:

A *syntaxe* he huma ordem systematica das palavras, fundada nas relações das couzas que ellas significão; e a *construcção* pode ser ou direita ou invertida, e ter comtudo a mesma *syntaxe*. Nestas duas orações: *Alexandre venceo a Dario*, a *A Dario venceo Alexandre*, as *construccões* são contrarias; porem a *syntaxe* he a mesma. (BARBOSA, 1822, p. 362-363)

A *syntaxe* é para Barbosa uma ordem sistemática, independente do uso linguístico, enquanto a *construcção* depende das possibilidades da língua, podendo ser *direita* ou *invertida*. Na sua perspectiva, a ordem das palavras é um dos meios para caracterizar a relação das palavras na frase, pelo que toma uma posição moderna, não marcada por premissas ideológicas. Como *concordancia regular* designa a disposição “em que as partes concordantes correspondem exactamente áquellas, com quem concordão, sem ser necessario fazer suplemento algum” (BARBOSA 1822: 372). Para esta *concordancia regular* Barbosa aponta regras, as quais se apoiam na possibilidade de relacionamento dos tipos de palavras isolados. Em contrapartida, a *concordancia irregular* surge quando o locutor estabelece não uma concordância de palavras, mas uma concordância de uma palavra com uma ideia. Ao nível mental, tais frases encontram-se certamente bem ordenadas, enquanto não o são ao nível material da língua: “O entendimento obrigado da necessidade, e auctorizado pelo uso, sem se ligar á terminação da palavra, ligalhe outra idea de differente género, com a qual a concorda; vindo asssim a fazer huma discordancia real, porém so mental.” (BARBOSA 1822: 378)

As *syllapses* e os *solecismos* surgidos desta forma são remetidos por Barbosa para as condições de comunicação, reconhecendo-lhes uma razão de estar na língua que é funcional. Também a escolha da *construcção direita* ou *invertida* depende para Barbosa de “as differentes disposições, que ou pede a necessidade da enunciação, ou se permite o genio do escriptor, as *construccões* são tambem differentes; porém a *syntaxe* fica sempre a mesma” (BARBOSA 1822: 412).

Tal como o demonstram o uso terminológico e a estrutura de base de argumentação da sua gramática, Barbosa estava a par da discussão francesa acerca da ordem das palavras. Contudo, não chega a citar nenhum de seus protagonistas, mas aplica as respetivas posições teóricas à descrição da língua

portuguesa, tendo sempre em conta e por base a expressão da intenção comunicativa, a qual é dominante.

De uma forma semelhante, também Daniel Ferreira Pestana (1823-1906) parte na sua descrição da *syntaxe figurada* do “fim geral da palavra“ (Pestana 1849: 86), descrevendo diferentes figuras sintácticas. Declara o *génio da língua* como responsável pela *construcção*, o qual não pode, contudo, mudar o que quer que seja na *syntaxe*: “Construcção é, em termo de Gramática, a disposição que damos ás palavras em contexto segundo o genio de cada língua; sem alterar a *syntaxe* d’ellas.” (PESTANA 1849: 96)

Para Francisco de São Luís Saraiva (1766-1845), que contribuiu fundamentalmente para a divulgação do conceito de ‘génio da língua’, a forma como uma língua liga as palavras entre si constitui uma marca essencial do carácter da mesma. O *génio da língua* é definido por Saraiva como a característica que distingue uma língua de todas as outras:

De outro modo pois se deve proceder nesta materia: de outro modo e deve julgar do génio das línguas, que he o que constitue a mais essencial differença que entre ellas há: a saber, pela sua estructura e construcção; pela ordem e ligação com que ellas dispõem os seu vocábulos, a fim de fazerem mais clara e mais enérgica a imagem do pensamento; pelas diferentes fórmãs grammaticaes, com que modificação os mesmos vocabulos; e pelo emprego e lugar, que lhes dão no discurso, aptificando-os assim para bem desempenharem aquella pintura e expressão. Nisto he que verdadeiramente consiste aquelle *pensar* proprio de cada huma delles; [...] (SARAIVA, 1837, p. 20)

Através da análise das gramáticas mencionadas torna-se claro que havia uma consciência da importância da discussão levada a cabo em França, mas não um conhecimento detalhado. A diferenciação entre *syntaxe* e *construcção* era um tópico de divulgação geral, em que era sublinhada a inalterabilidade da *syntaxe*, mas descrita com maior minúcia a variabilidade da *construcção*. Nesse processo, gramáticos isolados chegaram a conclusões consideráveis que apontam na direcção de uma interpretação pragmática da estrutura da informação.

4. A influência da doutrina da ordem natural na Europa.

4.1. O debate acerca da ordem das palavras.

O exemplo de Portugal terá sido um caso isolado na Europa no debate acerca da ordem das palavras? Tendo em conta a intensidade com a qual a

discussão decorria em França, não era de descurar que também em outros países a ordem das palavras se tornasse num tema de importância. É igualmente possível seguir uma transmissão linear da doutrina da *ordre naturel*, a qual levaria à exigência de se mudar a ordem das palavras em outras línguas, como no alemão ou no espanhol, por exemplo, adaptando-as à sequência fixa de sujeito-verbo-complemento direto. De acordo com Aichinger, o alemão teria forçosamente de respeitar uma ordem das palavras fixa:

Os latinos e os gregos podem colocar as partes do seu discurso numa ordem diferente, sem prejuízo para a compreensão do mesmo, como, por exemplo, *bellum dulce est inexpertis, inexpertis bellum est dulce, dulce est bellum inexpertis, est dulce bellum inexpertis*, etc. Os alemães, contudo, têm uma ordem estabelecida em que se têm de apresentar as suas palavras. (AICHINGER, 1754, p. 525-526. Trad. G.H.)

Também Lomonosov havia-se decidido a favor da ordem natural determinada de forma racionalista e contra uma ordem das palavras “artificial” com inversões, apelando, contudo, às mesmas por razões estéticas (BREUILLARD 2008: 6). Nikolaj Karamzin toma uma posição a favor da liberdade da ordem das palavras na sua recensão relativa à gramática de Jean-Baptiste Maudru: cada alteração na ordem das palavras resulta numa alteração de conteúdo e confere ao expresso um sentido especial. Seria, portanto, errado dizer na vez de *solnce plodotvorit zemlju zemlju plodotvorit solnce* ou *plodotvorit solnce zemlju*. A gramática russa não exigia uma determinada ordem das palavras, para desfavor dos maus escritores (BREUILLARD 2008: 9). Karamzin critica Lomonosov no sentido de a sua ordem das palavras nem sempre seguir a ordem dos seus pensamentos, utilizando, assim, construções desagradáveis ao ouvido.

A relação entre o estabelecimento de uma ordem de palavras com a pobreza em flexões gramaticais também já havia sido estabelecida na discussão francesa da língua. Com vista a outras línguas o problema é tematizado de forma ainda mais abrangente, resultando eventualmente no reconhecimento de a ordem das palavras ser apenas *um* dos meios que conjuntamente expressam relações na frase, tendo efeitos em conjunto nessa função e participações diferentes.

Neste sentido, Priestley, por exemplo, caracteriza como irrelevante a sequência em que as palavras surgem, quando a relação entre elas é assinalada de forma suficientemente clara através da flexão gramatical. Retomando o exemplo de Condillac *Alexander vicit Darium*, Priestley mostra-nos que seria perfeitamente possível uma inversão, enquanto numa tradução inglesa, devido à ausência de flexão, tal possibilidade estaria excluída. Segundo

Priestley, também as línguas modernas permitem muitas inversões, dando o exemplo do sintagma adverbial no inglês de deslocação completamente livre: *Alexander conquered Darius in three battles. In three battles Alexander conquered Darius, or Alexander in three battles conquered Darius.* A inversão de sujeito e predicado é dado como possível mesmo no inglês pobre em flexões, quando se encontram reunidos os respetivos pré-requisitos semânticos. Assim, em ambas as ordens frásicas *These things did Jesus* e *Jesus did these things* permanece completamente claro, que apenas *Jesus* pode significar o agente da frase. Mesmo onde a inversão de sujeito e complemento direto não é viável, existem, segundo Priestley, outras construções a permitirem o estabelecimento de uma ordem correspondente para fins comunicativos, como, por exemplo, a recorrência à voz passiva: *Darius was conquered by Alexander.* No geral, a ordem das palavras não seria menos regulada por uma necessidade absoluta, mas mais pela atenção do locutor relativa a determinadas partes da afirmação, pela harmonia ou até pela adaptação ao mais comum:

Outro ponto que os *Gramáticos* e escritores têm em atenção nas frases é a ordem das palavras que as compõem. Algumas línguas admitem aqui uma variedade maior do que outras, devido a uma diferença na estrutura original de cada uma. Quando a relação entre as palavras é expressa por terminações, é indiferente, no que diz respeito ao conteúdo, em que ordem se encontram. Porém, nas línguas que não expressam a relação entre as palavras por meio de terminações, mas que o fazem de alguma forma através do seu posicionamento, a ordem das palavras é necessariamente limitada e invariável. Vou apresentar um exemplo.

Alexander vicit Darium, Alexander conquered Darius. Mudem as posições destas palavras do *latim* de todas as maneiras possíveis, e o sentido não corre o perigo de ser transformado; mas mudem a ordem das palavras na tradução *inglesa*, e o sentido ou fica ambíguo ou absolutamente contraditório.

Apesar desta restrição, as línguas *Modernas* admitem uma liberdade considerável de transposições noutros aspectos, da mesma forma que as línguas *Antigas*; sintagmas inteiros de uma frase, contendo toda uma circunstância da afirmação, podem ser mudados de posição a belo prazer, sem que isso coloque em perigo o sentido ou a clareza: se à frase anterior for adicionada a circunstância de *three battles*, é indiferente se *Alexander conquered Darius in three battles. In three battles Alexander conquered Darius*, ou *Alexander in three battles conquered Darius.*

Não são apenas os escritores que tomam a liberdade de alterar a ordem das suas palavras numa frase; na maioria das línguas, qualquer frase complexa é capaz

de uma grande variedade de expressão, sendo preciso pouco mais do que uma construção diferente com as mesmas palavras; o que contribui em grande medida para a fluência e harmonia de composição. Vou exemplificar, utilizando a frase anterior para o efeito, cujo sentido pode ser expresso tanto dizendo-se que *Alexander conquered Darius*, como que *Darius was conquered by Alexander*. (PRIESTLEY, 1762, p. 161-163. Trad. G.H.)

A suposição de uma ordem natural das palavras fora igualmente relativizada por Gottsched, que considerava natural que todos os povos vissem nas suas línguas a respetiva ordem das palavras como a que melhor correspondesse ao pensamento lógico, falhando ver, dessa feita, que essa forma de pensar lhes fora ensinada primeiramente através da língua:

Numa doutrina geral da língua poder-se-ia demonstrar, qual seria a ordenação mais natural dos pensamentos a ser observada numa linguagem filosófica. Aqui basta demarcar que quase todos os povos têm a ilusão de que a sua forma de sequenciar as palavras corresponde à natureza dos pensamentos. Porém, todos eles estão errados, pois a sua forma de pensar foi-lhes primeiramente ensinada através da sua língua mãe. (GOTTSCHEDE, [1748] 1762, p. 399. Trad. G.H.)

Para a reflexão europeia sobre a discussão acerca da ordem das palavras presente-se aqui o exemplo da Espanha, onde a teoria linguística de Condillac foi trazida à luz do conhecimento, apesar da proibição da sua obra pela Inquisição. Um testemunho disso é um manuscrito guardado na Real Academia Española, do publicista espanhol Pereira, acerca dos melhoramentos e deteriorações do castelhano no século XVIII (*Mejoras y menoscabos de la lengua castellana*, MS 112, [1798-1799]). Nas suas apresentações, Pereira antecipa a ideia de que a ordem das palavras estabelecida no inglês e no francês possam ter que ver com o uso obrigatório do pronome do sujeito.

Apesar de no final do século XVIII apenas o conhecimento da realidade das diferentes línguas já constituir por si um forte argumento contra a doutrina de uma ordem das palavras fixa e natural, a atração da *ordre naturel* em estreita ligação com a justificação da soberania da língua francesa ainda estava longe de ser extinta. As autoridades a que mais se recorria então eram Rivarol e Voltaire. O próprio Voltaire tomara o partido da teoria da ordem natural das palavras e vira na posição oposta dúvidas acerca da *clareza* do francês. Na perspectiva de Voltaire, portanto, a teoria da *ordre naturel* e a suposta transposição perfeita da mesma para a língua francesa era um instrumento de divulgação do Iluminismo de uma claridade e eficiência incomparáveis.

4.2. A continuação do debate.

No final do século XVIII apenas o conhecimento da realidade de línguas diferentes já constituía um argumento forte contra a doutrina da ordem natural das palavras. Contudo, a atração da *ordre naturel* no contexto da justificação da superioridade da língua francesa estava longe se extinguir. Tendo em conta o foco sobre assuntos histórico-comparativos, a suposição de uma ordem das palavras “natural” a poupar “custos” cognitivos encontrou uma continuidade espantosa ainda no século XIX. Henri Weil (1818-1868) retomou o assunto e incidiu sobre vários aspetos: línguas antigas ou modernas, o domínio das línguas com uma ordem das palavras fixa ou línguas isoladas com uma ordem das palavras livre, lógica gramatical ou retórica. Georg von der Gabelentz (1840-1893) (21901) e Hermann Paul (1846-1921) (1880) estavam certos de que o sujeito psicológico era aquele para o qual o locutor pretendia direcionar a atenção do ouvinte, assim como o predicado psicológico era aquilo que o ouvinte deveria entender acerca do sujeito. A partir daqui, o sujeito e o predicado gramaticais poderiam ser diferenciados, mas, afinal, com base em termos psicológicos, atendendo que refletiam distribuições de estruturas informativas particularmente típicas. Paul apontou igualmente para a diversidade de meios de expressão, quando mencionou a “intensidade sonora” a par com a ordem das palavras.

A suposição de Lucien Tesnière (1893-1954) da transformação de uma frase estrutural (natural) em uma frase de ordem linear ou com maiores “custos de processamento” cognitivo, utilizando-se, para tal, uma forma marcada, pode ser considerada como representativa para os desenvolvimentos no século XX, registados em trabalhos de pesquisa recentes acerca de estruturas de informação.

Na pesquisa atual é traçado novamente um paralelo para com as teorias racionalistas da ordem natural das palavras. Enquanto a ordem das palavras fixa de sujeito-verbo-complemento direto é vista como a forma básica simples, as linearizações desviantes são tidas como resultantes da estrutura de informação. A estrutura sintática determinada racionalmente é descrita como estrutura *ID*; a ordem das palavras resultante da linearização da língua individual é caracterizada, por oposição, como forma de surgimento *LP*, independente da mesma.

Esta diferenciação é bastante remanescente daquela realizada por Beauzée entre *construction analytique* e *construction usuelle*, em que a primeira corresponde à disposição lógica, sendo a *construction usuelle* apenas restringida pelas gramáticas de cada língua individual, permitindo, portanto, uma considerável variação relativamente às intenções e emoções do locutor (cf. DIDEROT/D’ALEMBERT 1751-1780, artigo *Grammaire*, [Beauzée, 1757]: VII, 844-845).

Bibliografia.

- AICHINGER, Carl Friedrich. *Versuch einer teutschen Sprachlehre* [...]. Franckfurt & Leipzig: Johann Paul Kraus, 1754.
- ARGOTE, Jerónimo Contador de. *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina*. 2a Impressão. Lisboa Occidental: Off. da Musica, 1725.
- ARNAULD, Antoine & LANCELOT, Claude. *Grammaire générale et raisonnée* [...]. Paris: Prault Pere, [1660] 1768.
- BATTEUX, Charles. *Cours de belles-lettres distribué par exercices*, Paris: Desaint et Saillant, 1747-1748.
- BREUILLARD, Jean. *L'ordre des mots en russe: la leçon française. De l'utilité des grammairiens*. Disponível em: http://www.sens-et-texte.paris4.sorbonne.fr/IMG/pdf/Jean_Breuillard.pdf, 2008. Acesso em 30 de junho 2012.
- CONDILLAC, Étienne Bonnot de. *Essai sur l'origine des connoissances humaines: ouvrage où l'on réduit à un seul principe tout ce qui concerne l'entendement humain*. Amsterdam : Mortier, 1746.
- CORDEMOY, Géraud de. *Discours physique de la parole*, Nouvelle impression en facsimilé de l'édition de 1677 avec un commentaire par Herbert E. Brekle. Stuttgart / Bad Cannstatt: Frommann-Holzboog, [1668/1677] 1970.
- DIDEROT, Denis. *Lettre sur les sourds et muets. Œuvres complètes*: Edition chronologique. Introductions de Roger Lewinter. Paris : Société Encyclopédique Française et le Club Français du Livre, II, [1751] 1969, p. 513–602.
- DIDEROT, Denis / D'ALEMBERT, Jean Le Rond (eds.). *Encyclopédie, ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, par une société de gens de lettres*. Paris: Chez Briasson et al., 1751–1780.
- FENELON, François de Pons de Salignac. *Lettre à l'Académie*. Edition publiée conformément au texte de l'édition de 1716. Genève: Slatkine, [1716] 1970.
- GABELENTZ, Georg von der. *Die Sprachwissenschaft: ihre Aufgaben, Methoden und bisherigen Ergebnisse*. 2. Aufl.. Leipzig: Tauchnitz, 1901.
- GOTTSCHED, Johann Christoph. *Vollständigere und Neuerläuterte Deutsche Sprachkunst. Nach den Mustern der besten Schriftsteller des vorigen und itzigen Jahrhunderts abgefasst, und bey dieser fünften Auflage merklich verbessert* von Johann Christoph Gottscheden. 5. Aufl.. Leipzig: Breitkopf und Sohn, [1748] 1762.
- HAßLER, Gerda & NEIS, Cordula. *Lexikon sprachtheoretischer Grundbegriffe des 17. und 18. Jahrhunderts*. Berlin & New York: Walter de Gruyter, 2009.
- KLIEGL, Reinhold & Gisbert FANSELOW. *Projekt C1: Kontextuelle Lizenzierung der Wortstellung beim Sprachverstehen*. Disponível em <http://www>.

- sfb632.uni-potsdam.de/projects/C1.pdf. Acesso em 20 de julho 2012.
- LAMY, Bernard. *La Rhétorique ou l'art de parler*. Par le R. P. Bernard Lamy. Prêtre de l'oratoire. Troisième édition revue & augmentée. Paris: Chez André Pralard, [1675] 1688.
- LANCELOT, Claude. *Nouvelle méthode pour apprendre [...] la langue latine*. Seconde édition, revue et augmentée [...]. Paris: A. Vitry, 1650 [1644].
- LANCELOT, Claude. *Novvelle methode pour apprendre facilement la langue grecque*. [...]. Seconde édition. Paris: Pierre Le Petit, 1656 [1655].
- LE LABOUREUR, Louis. *Avantages de la langue françoise sur la langue latine*. Paris: G. de Luyne, 1669.
- MAUPAS, Charles. *Grammaire et syntaxe françoise, contenant reigles bien exactes & certaines de la prononciation, orthographe, construction & usage de nostre langue*. Roven: Iacques Cailiove, 1632 [1618].
- MEIGRET, Louis. *Le tretté de la grammaire françoeeze*. Paris: Chrestien Wechel, 1550.
- PAUL, Hermann. *Principien der Sprachgeschichte*. Halle: Niemeyer, 1880.
- PELLEREY, Roberto. *La théorie de la construction directe de la phrase. Analyse de la formation d'une idéologie linguistique*. Paris: Larousse, 1993.
- PEREIRA, Luis Marcelino. *Discurso sobre las mejoras y menoscabos que recibió la lengua Castellana en los siglos XVII y XVIII*. RAE Manuskript MS 112. Real Academia Española, 1798-1800.
- PRIESTLEY, Joseph. *A course of lectures on the theory of language and universal grammar*. Warrington: Printed by W. Eyres, 1762.
- RICKEN, Ulrich. *Grammaire et philosophie au siècle des Lumières: controverses sur l'ordre naturel et la clarté du français*. Villeneuve-d'Ascq: Publications de l'Université de Lille III, 1978.
- RICKEN, Ulrich. *Sprache, Anthropologie, Philosophie in der französischen Aufklärung: ein Beitrag zur Geschichte des Verhältnisses von Sprachtheorie und Weltanschauung*. Berlin: Akademie-Verlag, 1984.
- SARAIVA, Francisco de São Luís. *Memoria em que se pretende mostrar, que a lingua portugueza não he filha da latina, nem esta foi em tempo algum a lingua vulgar dos lusitanos*. = *Memorias da Academia R. das Sciencias de Lisboa*, Tomo XII, Parte I.. Lisboa: Na Typografia da mesma Academia, 1837.
- SCHLESEWSKY, Matthias, BORNKESSEL, Ina & FRISCH, Stefan. The neurophysiological basis of word order variations in German. *Brain and Language* n. 86, 2003, p. 116-169.
- SCHLESEWSKY, Matthias, FANSELOW, Gisbert, KLIEGL, Reinhold &

- KREMS, Josef. The subject preference in the processing of locally ambiguous wh-questions in German. In: Hemforth, Barbara & Lars Konieczny (eds.). *German sentence processing*. Dordrecht: Kluwer, 2000, p. 65-93.
- SEGUIN, Jean-Pierre. *Diderot, le discours et les choses: essai de description du style d'un philosophe en 1750*. Paris: Klincksieck, 1978.
- SEGUIN, Jean-Pierre. *L'invention de la phrase au XVIIIe siècle: contribution à l'histoire du sentiment linguistique français*. Louvain, Ed. Peeters. Paris: Société pour l'information grammaticale, 1993.
- WEIL, Henri. *The Order of Words in the ancient Languages compared with that of the modern Languages*. Boston: Ginn, 1887.